

Reforma e corrupção disputam as atenções

Matérias importantes terão que esperar a solução de escândalos que envolvem Renan e agora Joaquim Roriz

MARCOS SEABRA
SÃO PAULO

Esta semana dois senadores do PMDB – o presidente do Senado Renan Calheiros (AL) e Joaquim Roriz (DF) – estarão na

berlinda. Não bastasse a situação delicada de Calheiros, acusado de pagar despesas pessoais com propinas de uma empreiteira, a situação deve se complicar um pouco mais com mais uma denúncia de corrupção. O senador e ex-governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, foi acusado de receber propina – cerca de R\$ 300 mil – do empresário Nenê Constantino de Oliveira. Segundo o senador, o dinheiro seria um empréstimo para o pagamento de uma bezerra.

Em relação a Renan, o Conselho de Ética tem a missão de encontrar um relator para o caso, após duas baixas. O presidente do Conselho de Ética do Senado, Sibá Machado (PT-AC), promete anunciar hoje o nome do novo relator que conduzirá as investigações. Machado não descarta a possibilidade de, ao invés de escolher novo relator, nomear uma comissão



Joaquim Roriz

de três parlamentares para conduzirem as investigações.

Mais do que a suspeita de que as despesas pessoais de Renan tenham sido pagas por um lobista, o foco das investigações passou para a veracidade dos documentos com os quais ele tenta provar que tem recursos para arcar com seus gastos. O que parece mais provável é que o presidente do

Senado, inocente ou não, vai “sangrar” por um bom tempo, um processo de fritura que parece interessar a parte da bancada governista no Congresso e também à oposição.

O caso Roriz, que pode servir como uma distração para Renan Calheiros, foi descoberto durante a Operação Aquarela, deflagrada este mês pela Polícia Civil do Distrito Federal. Como tem foro privilegiado, a possível participação de Roriz no esquema deve ser investigada pela

Procuradoria-Geral da República.

Em plenário, mais uma vez a reforma política é utilizada como uma espécie de soro do esquecimento. Enquanto o Congresso se debate com mais dois escândalos, a saída é colocar em discussão a reforma política. Na reforma política, que na prática é apenas uma reforma eleitoral, permanece a polêmica em torno do sistema de voto em lista, que tem o apoio de PT, PMDB e DEM. Para atrair outros partidos, está sendo fechado acordo para a aprovação da lista flexível.

Do lado do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou sua ida a Assunção (Paraguai) para a reunião de cúpula do Mercosul na quinta e sexta-feira. Lula ainda não reagendou o lançamento do plano de saneamento e habitação que faria em Minas Gerais e em São Paulo. As duas etapas estavam previstas para a semana passada e foram adiadas por impasse sobre investimentos nos projetos com os Estados.

PAUTA

Apesar do processo a que está submetido, Renan Calheiros promete manter em dia as votações. Na semana passada chegou a declarar que não vai permitir que as investigações atrapalhem o andamento das votações em plenário. De imediato, Calheiros tem que negociar com as lideranças partidárias a votação de quatro medidas provisórias que obstruem a pauta. Entre as medidas provisórias prontas para apreciação pelos senadores está a que reajustou o salário mínimo, em 1º de abril, para R\$ 380. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), está prevista a análise de 15 matérias. Destas, 10 tramitam em caráter terminativo, ou seja, se aprovadas não serão submetidas ao plenário. Entre elas está o projeto de lei que beneficia com compensação financeira os estados e municípios que possuem nascentes de rios aproveitados para geração de energia. Na Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios está marcada para hoje audiência pública com foco no setor de transportes.